In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). *Nem tudo são rosas* [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

A sujeita universal e a ocupação de espaços políticos: uma análise de indicadores eleitorais com perspectiva interseccinal de raça e gênero

*Izabel Belloc*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas7

¹ Mulher branca cisgênero; cidadã brasileira e *uruguaya*; advogada e servidora pública; mestra em *Género y Políticas de Igualdad* pela FLACSO Uruguay; doutoranda no *Doctorado en Ciencias Sociales* na FLACSO Argentina.

Introdução

Muito se discute, no Brasil, sobre as desigualdades de raça e de gênero na ocupação de espaços políticos, especialmente mandatos eletivos resultantes de eleições, nas esferas municipais, estaduais e nacional. Este artigo se insere nessas discussões, onde analiso a distribuição quantitativa desses espaços de poder político brasileiros, numa perspectiva interseccional de raça e gênero. Para isso, comparo indicadores demográficos e resultados eleitorais de 2018 e 2020, em dados desagregados e cruzados por raça e gênero. A partir do comparativo, analiso as disparidades existentes entre proporções de presença na população e na conquista de cargos eletivos, por meio da articulação dos conceitos de interseccionalidade de raça e gênero, sujeita e sujeito universais.

Antes de mais nada, preciso estabelecer um critério de ordem pessoal. Obviamente, a discussão que faço neste artigo é concebida a partir de um lugar determinado: o lugar de mulher branca numa sociedade estruturada por racismo e sexismo que, ao mesmo tempo, me coloca em posição de desvantagem e de privilégio. A percepção dessa dualidade é fruto de um processo de tomada de consciência que, há algum tempo, me convoca a ir além do só observar e lamentar a realidade desigual e injusta. Percepção e reflexão devem gerar olhar crítico e ação, do contrário perdem sentido. Então, é desta posição que faço a crítica da desigualdade de gênero (do meu lugar de desvantagem) e de raça (do meu lugar de privilégio), pois não entendo ser possível dissociar um de outra.

O que quero transmitir com esta explicação é que este artigo não é sobre e/ou para mulheres e homens negros e indígenas porque, além de não fazer sentido, não seria honesto elaborar sobre e para realidades que não vivencio e a partir das quais existe produção teórica sólida, construída há muito tempo, a partir de lugares genuinamente legítimos. Este texto não traz novidades para essas mulheres e homens, apesar de que sua leitura me honra e sua crítica é sempre bem recebida. Neste texto, quero dialogar com as pessoas que compõem, junto comigo, o lugar dual de desvantagem/privilégio; é para elas/nós que discuto a distribuição de espaços de poder político com perspectiva interseccional de raça e gênero; para que, a partir

de um exercício prático, lógico e fundamentado, possamos nos permitir uma aproximação (auto)crítica com desigualdades que combinam raça e gênero, não só na política, mas em muitos outros âmbitos. Então, é fundamentalmente para as mulheres brancas que escrevo; é delas/nós que, apoiada em minha área de estudo, busco engajamento, reflexão, (auto)crítica e, quem sabe, ação cotidiana.

Também preciso mencionar que utilizo neste artigo:

a) a categoria “raça” em seu sentido de construção social que, segundo Pires e Silva (2015, p. 66),

não é definida por um conceito biológico ou genético, mas como uma categoria socialmente construída pela atribuição de certas características a grupos minoritários – indicativo de subalternidade e inferioridade – em oposição ao padrão definido como dominante;

b) os termos “negro”, “negra”, “negros” e “negras” conforme definido e reivindicado pelos movimentos negros brasileiros. Neste sentido, segundo Munanga (2019, p. 108), “O conceito de ‘negro’ inclui pretos e pardos numa mesma categoria política construída para beneficiar todas as vítimas do racismo – pretos e pardos –, de acordo com o princípio de que ‘a união faz a força’”. Em termos de análises demográficas, segundo o IBGE (2013, p. 96) refere-se à

prática de vários pesquisadores e também do movimento social usar a categoria negra para designar o agregado das pessoas que escolhem as cores preta e parda. Se negra passasse a ser uma categoria da classificação, poder-se-ia continuar construindo a atual categoria negra, que passaria a ser composta por pretos, pardos, e negros, não mudando substantivamente sua composição e mantendo a comparabilidade com a série histórica e todo o conhecimento acumulado sobre o assunto;

c) o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica, conforme Collins (2017, 2019), Kerner (2012) e Bueno (2019), especialmente no que se refere ao seu núcleo ético de justiça social e à sua utilização como dispositivo heurístico, esta última conforme Collins (2016) e Pereira (2019).

Um pouco de história: do sufrágio (masculino, branco e abastado) ao sufrágio universal

Em 1820, passados mais de cinco anos do fim da ocupação napoleônica de Portugal, João VI permanecia no Brasil e a Revolução Liberal do Porto era vitoriosa, exigindo, segundo Cajado, Dornelles, Pereira (2014, p. 15), “a convocação das cortes para elaborar uma constituição para o país, o imediato retorno da Corte para Portugal e a restauração do monopólio comercial com o Brasil”. É nesse contexto político que ocorrem as primeiras eleições gerais no Brasil, realizadas em 1821 com o objetivo de eleger representantes às cortes que elaborariam o novo texto constitucional.

Feloniuk (2015, p. 286), ao analisar o processo eleitoral, afirma que eram considerados elegíveis e eleitores “os chefes de família”, sendo excluídos, portanto, “os membros regulares de ordens monásticas, mendigos, estrangeiros não naturalizados, criados que não fossem chefes de família assim como os que tivessem incapacidade natural ou legal”. A capacidade jurídica e a consequente titularidade de direitos estavam determinadas por meio de critérios de raça e gênero, num sistema jurídico que excluía da cidadania homens brancos pobres, mulheres brancas, homens e mulheres indígenas e negras, negando-lhes direitos à propriedade privada, à educação formal, de votar e ser votados; e, ainda, quanto a trabalho e renda, às mulheres brancas era vedado trabalhar e às pessoas indígenas e negras era negada a remuneração e/ou sua valorização.

Aqui, as especificações ‘homens brancos pobres’, ‘mulheres brancas’ e ‘homens e mulheres indígenas e negras’ são necessárias pelo fato de que, para o primeiro grupo, o sistema de exclusão utilizava um critério de discriminação único de classe; para o segundo grupo, a discriminação estava centrada unicamente no gênero; e, para o terceiro grupo, o critério de discriminação de raça tinha prioridade sobre o de gênero e fatalmente lhes determinava a classe. Na época, a diferença gerava efeitos jurídicos distintos que significavam que homens brancos pobres eram considerados pessoas e, portanto, cidadãos, mas sofriam uma restrição no exercício de alguns direitos, geralmente em razão de circunstâncias de ordem financeira. Já as mulheres brancas, que também eram consideradas pessoas e cidadãs, tinham restringida a titularidade de muitos direitos por serem mulheres. Homens e mulheres

indígenas e negras não eram consideradas pessoas, mas coisas e, portanto, lhes era negada a própria cidadania e a titularidade de direitos, com raríssimas exceções e muita discussão jurídica.

Assim, no Brasil, no campo da organização da política, o primeiro e exclusivo detentor de direitos políticos se caracterizava por ser um homem branco integrante da elite, características que se constituíam nos próprios requisitos legais de aquisição do direito, ainda que não expressamente, mas pela exclusão de quem não se enquadrava no modelo. Nesse sentido, Sabato (2009, p. 27) identifica o “*ciudadano elector*” da América Latina do século XIX como sendo “*la mayor parte de la población masculina adulta*”. Mais explícito é o relato de Saldarriaga Montoya (2008, p.48) ao afirmar que o sistema de direitos se organizava “*dejando por fuera otros sectores sociales que ellos, las élites predominantes, no consideraban ciudadanos como los indígenas, esclavos, las mujeres, los mendigos, los locos*”. A cidadania plena pertencia exclusivamente a um sujeito determinado, marcado por seu gênero, raça e classe, quem era considerado um modelo universal, um representante da humanidade, o cidadão legitimado de forma exclusiva ao exercício pleno de direitos.

Na Constituição de 1824, mais um sistema de exclusões garantia a manutenção do poder do voto e de ser votado em mãos e mentes masculinas, brancas e de elite, seja pela exigência de renda mínima anual, propriedade de bens ou emprego, seja pela exclusão expressa que proibia o voto dos libertos. O sistema excludente foi renovado alguns anos antes da abolição jurídico-formal da escravatura: a Lei Saraiva, de 1881, considerada a principal reforma eleitoral do período do Império, entre outros requisitos, exigiu do cidadão eleitor uma renda líquida anual mínima de 200 mil réis (o chamado voto censitário), além de saber ler e escrever (arts. 2º e 8º, § 1º). Costa (2014, p. 21 e 22), em sua Tese de Doutorado em História, na qual discute a questão racial na citada reforma, afirma que, por parte das elites da época, “o temor ao liberto cidadão político pleno girava em torno da possibilidade da constituição de um ‘voto negro’”; e agrega:

A Lei Saraiva ainda trouxe como novidade um rígido controle da prova da renda situação passível de criar dificuldade ao alistamento do liberto. De modo a ser possível inferir que ao ascender à condição de eleitor, na letra lei, o liberto estaria de fato sendo impedido de participar politicamente, pois a prova da renda e o critério da alfabetização também inserido pela Reforma Eleitoral de 1881, em grande medida, poderiam vetar o acesso do liberto a cidadania política.

Pouco foi alterado durante a Primeira República que, na prática, aboliu o requisito de renda mínima, mas manteve as demais restrições. Em 1932, o primeiro Código Eleitoral brasileiro, estabeleceu o direito de voto das mulheres, mas manteve a proibição do voto aos ‘analfabetos, mendigos e praças de pé’. É assim que, mais de um século após o estabelecimento do direito ao sufrágio (masculino, branco e abastado), é garantido o mesmo direito às mulheres; o que, na prática, beneficiou majoritariamente mulheres brancas, já que a falta de acesso à educação constituía uma barreira para grande parte das mulheres indígenas e negras.

Foi só com a Constituição Federal de 1988, que direitos políticos foram garantidos às pessoas analfabetas, o que finalmente consagrou o sufrágio universal no Brasil. Então, entre o sufrágio (masculino, branco e abastado) das primeiras eleições gerais, em 1821, e o sufrágio universal da Constituição Federal de 1988, há um longo período de exatos 167 anos em que o exercício dos direitos políticos foi organizado no país para que homens brancos da elite elegessem e fossem eleitos e, portanto, exercessem o poder de decidir as vidas de todas as pessoas e os rumos do país. De lá para cá, algo mudou? A resposta não é simples, mas pode-se começar com: sim, mas nem tanto. Atualmente, a distribuição de espaços de poder, em termos de cargos eletivos, ainda reflete a história da exclusão. Um dos mais expressivos frutos da democracia, o resultado de eleições livres realizadas por meio do sufrágio universal, ainda produz desigualdades.

Indicadores estatísticos: fotografias de desigualdades

Recentemente, no artigo *Eleições 2020: o avanço dos corpos que formam o Brasil*, publicado no Portal Catarinas e escrito a seis mãos entre Andressa Mourão Duarte, Joanna Burigo e esta autora (2020), fizemos apontamentos sobre os resultados das eleições municipais de 2020, partindo de uma análise comparativa de indicadores demográficos, candidaturas e resultados do pleito, em dados desagregados e cruzados por raça, gênero e, quando possível, identidade de gênero. Esta seção do presente artigo segue metodologia de análise de dados semelhante, com algumas adaptações.

A partir de dados do Censo Demográfico 2010, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Contínua Anual – PNADCA 2019 e das Estatísticas Eleitorais de 2018 e 2020, é possível comparar população e cargos eletivos, por raça e por gênero, bem como verificar disparidades, em termos de perdas e ganhos de espaço político:

Gráfico 1.1 e 1.2 - População (2010 e 2019) e Cargos Eletivos (2018 e 2020)

Fonte: elaboração própria sobre dados do Censo Demográfico 2010, PNADCA 2019 e Estatísticas Eleitorais do TSE.

Conforme se observa, quando os dados são desagregados por raça, o único grupo que supera sua própria proporção na ocupação de cargos eletivos é o das pessoas brancas; e para todos os demais (pessoas pardas, pretas e indígenas) ocorre o inverso. Por outro lado, em dados desagregados por gênero, as mulheres, que correspondem a mais da metade da população, não ocupam a quinta parte do total de cargos eletivos. Num cenário de igualdade, ambos percentuais (na população e nos cargos eletivos) seriam iguais ou quase iguais, independente de raça e de gênero. A partir dos Gráficos 1.a e 1.b já é possível verificar, então, duas desigualdades, uma de raça e outra de gênero. Porém, essa não é a melhor fotografia das desigualdades em análise, pelo simples fato de que as pessoas e suas identidades não estão na população e na política só com sua raça ou só com seu gênero. Assim, em termos de raça e gênero, é preciso aprofundar a análise de indicadores estatísticos, o que é possível ao cruzar (e não separar) dados:

Gráfico 2 - População (2010 e 2019) e Cargos Eletivos (2018 e 2020), por raça e gênero

Fonte: elaboração própria sobre dados do Censo Demográfico 2010, PNADCA 2019 e Estatísticas Eleitorais do TSE.

Ao cruzar os mesmos dados desagregados por raça e gênero, é possível perceber que a realidade da composição da cena política brasileira é de disparidade entre as proporções de presença

na população e na ocupação de mandatos eletivos, em todos os grupos analisados, significando diversos graus de redução ou incremento de espaço político, conforme o caso. Para as mulheres, a disparidade é negativa em todos os grupos, significando perda de espaço político: 83,05% para as mulheres pretas, 79,13% para mulheres indígenas, 78,20% para mulheres pardas e 57,95% para mulheres brancas. Ao contrário, para os homens, a disparidade representa um incremento de espaço político em todos os grupos: 1,73% para homens pretos, 5,01% para homens indígenas, 38,42% para homens pardos e 130,58% para homens brancos. Algumas conclusões são que:

- a) todos os grupos de mulheres têm perda de espaço político, em distintos graus segundo a raça, sendo que mulheres pretas têm a maior perda de espaço político no universo total analisado e mulheres brancas apresentam a menor perda entre mulheres;
- b) todos os grupos de homens ganham espaço político, em distintos graus segundo a raça, sendo que homens brancos apresentam o maior incremento de espaço político no universo total analisado e homens pretos e indígenas em espaços políticos se mantêm próximos às proporções de suas presenças na população.

Uma das origens desse cenário de disparidades políticas pode ser encontrada na seção antecedente. Mas, de lá para cá, se passaram exatos dois séculos; então, como essas desigualdades permanecem por tanto tempo? Porque elas ainda não foram resolvidas, pelo menos, a partir da Constituição Federal de 1988 que, além do sufrágio universal, consagrou o princípio de igualdade e não discriminação em seu art. 5º, segundo o qual, ‘todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza’?

Este artigo não pretende oferecer respostas prontas, acabadas e definitivas para essas perguntas. O que se busca, aqui, é fornecer elementos para a reflexão crítica sobre algumas dinâmicas sociais que influenciam as relações de raça e gênero, inclusive na política. É o que será abordado nas seções seguintes, pela articulação dos conceitos de interseccionalidade de raça e gênero, sujeito e sujeita universais.

Indicadores estatísticos: fotografias de desigualdades

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 20), em sua obra intitulada *Interseccionalidade*, explicam que

em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.

Winnie Bueno (2020, p. 1), estudiosa do pensamento de Patricia Hill Collins, ao escrever sobre a obra citada, em sua orelha, concebe a interseccionalidade como

uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.

Por outro lado, conforme Collins (2017), a interseccionalidade tem origem no pensamento feminista negro, pelo qual ativistas, acadêmicas e pensadoras negras, em seus estudos, convergem para um núcleo ético que tem seu objetivo na justiça social, o qual, segundo a autora, tem a função de “desmantelar as injustiças sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, que produzem desigualdades sociais nas experiências das mulheres de cor” (p. 14); o que requer ir além de manejar a interseccionalidade para simplesmente descrever realidades de desigualdade. Assim, a interseccionalidade exige exercício crítico e propositivo orientado a uma mudança: a efetivação da justiça social.

Por outro lado, a interseccionalidade pode ser utilizada como um dispositivo heurístico de análise em cenários em que determinados sistemas de poder se combinam para estruturar as relaciones sociais. Neste

sentido, Collins e Bilge (2020) referem que, apesar de que os estudos sobre interseccionalidade podem parecer pertencer a um mesmo campo de estudo, sua utilização como dispositivo heurístico pode assumir distintas formas. As autoras afirmam a possibilidade dessa utilização para, por exemplo, analisar as relações de poder em contextos sociais específicos como a combinação de racismo e sexismo. As autoras explicam que:

Segundo, as relações de poder devem ser analisadas tanto por suas interseções (por exemplo, racismo e sexismo) quanto nos domínios de poder estruturais, disciplinares, culturais e interpessoais. A estrutura dos domínios do poder nos fornece um dispositivo heurístico ou uma ferramenta de pensamento que nos permite examinar as relações de poder.

Bruna Jaquetto Pereira (2019, p. 27), discutindo a obra de Collins e Bilge, refere que a interseccionalidade como dispositivo heurístico é:

uma ferramenta analítica voltada a construir um olhar crítico para a realidade, e que tem por objetivo primordial facilitar a visualização e o combate das desigualdades sociais. Nesse sentido, a autora defende que o conceito/paradigma está em constante fazer e que deve ser utilizado de muitas formas, de maneira a se adequar aos contextos e propósitos para os quais é aplicado.

Neste artigo, então, o conjunto de elaborações teóricas apresentadas nesta seção fundamentam a análise que combina raça e gênero, permitindo reposicionar o olhar crítico sobre problemas de baixa representação política das mulheres para perceber uma discriminação complexa que vai além do gênero: a discriminação que intersecciona raça e gênero, como visto no resultado da análise de indicadores. Se é certo que os estudos de gênero, em todos os campos, buscam a reparação de injustiças sociais suportadas pelas mulheres, também é certo que essa categoria “mulheres” não é um monolito, mas um grupo diverso. Assim, oportunidades, necessidades e injustiças sofridas são complexas e informadas por variedades de combinações de discriminações, por exemplo, racismo e sexismo que, no Brasil, se combinam para estruturar as relações sociais e de poder; e a busca por justiça social para as mulheres, de forma a traduzir igualdade substantiva, sempre vai requer uma análise interseccional de raça e gênero.

O sujeito universal

Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1949) define as primeiras linhas teóricas do sujeito universal, descrevendo-o como o homem que “representa, ao mesmo tempo, o positivo e o neutro, ao ponto de que, em francês, se diz ‘os homens’ para designar seres humanos” (p. 17); mais adiante, “um tipo humano absoluto que é o tipo masculino” (p. 18); e, mais adiante, ainda, afirma: “A humanidade é macho, e o homem define a mulher não em si mesma, mas em relação a ele, não a considera como um ser autônomo” (p. 18). Ao final, analisa o *status* social de homens e mulheres nesse contexto: “Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto; ela é o Outro” (p. 18). Beauvoir utiliza uma categoria única de gênero para desenvolver suas críticas à desigualdade que produz relações de dominação/subordinação entre masculino e feminino. Os estudos de gênero e raça aprofundaram o conceito, desenvolvendo novas reflexões.

Érica Antunes Pereira (2012, p. 25) identifica uma “categoria do sujeito universal da História – macho, branco, civilizado do Primeiro Mundo e em posição de comando”. Por sua vez, Margareth Rago (1998, p. 4) encontra “um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência”. Alda Facio (2009, p. 186) assinala o sujeito universal como

hombre / varón occidental, blanco, cristiano, heterosexual, sin discapacidades visibles, pero los mismos se presentan como si no tuvieran ninguna perspectiva, como si fueran totalmente objetivos, neutrales y universalmente válidos, como si la posición que ocupa ese ser privilegiado fuese el parámetro de lo humano.

As autoras convergem na identidade desse sujeito que, apesar de estar mitigada sob a égide de universalidade, existe: tem gênero, raça e classe; é homem, é branco e exerce poder. Na América Latina, essa a identidade ganhou universalidade no processo de formação histórico-cultural das relações sociais de poder e o ser que a carrega é considerado o representante da humanidade. Embora não se reconheça como um ser identitário, a

identidade do sujeito universal constituiu, como visto, os próprios requisitos legais da cidadania e fruição de plenos direito; aí reside a razão histórico-cultural para sua dominação dos espaços de poder e decisão.

A história validou o sujeito universal quando, por exemplo, em 1821, concedeu o direito de votar e ser votado aos ‘chefes de família’ que, à época, significava ser homem branco integrante da elite. Ao longo de séculos, esse sujeito assentou sua dominação do cenário político por meio de decisões políticas e normas jurídicas por ele próprio emitidas e que, ao mesmo tempo em que o mantiveram em posição de poder, excluíram desse espaço pessoas cujas identidades não coincidiam com a sua. A história da dominação da política brasileira pelo sujeito universal ajuda a explicar, assim, uma das conclusões do resultado da análise de indicadores realizada neste artigo: o fato de que os homens brancos mais que dobram a proporção de sua presença na população quando estão ocupando mandatos eletivos.

A sujeita universal

Da mesma forma que a articulação teórica anterior sobre a análise de indicadores identifica um sujeito universal, a análise do grande grupo ‘mulheres’ também aponta à existência de uma sujeita universal. Semelhante à noção de representação da humanidade por um sujeito universal, estudos de gênero e raça também apontam à utilização de um modelo hegemônico de mulher que não escapa a um *modus operandi* análogo. Yuderkys Espinoza Miñoso (2017, p. 270) identifica, nesse sentido, um “*sujeito mujer universal entonado y caracterizado por las hegemonías blanco-burguesas-hetero de las prácticas y la teoría feminista*”.

Na América Latina, as discriminações de raça desempenharam e ainda desempenham papel decisivo na configuração e manutenção de uma sujeita universal originada de processos históricos que remontam à colonização da região por Espanha e Portugal. De fato, se, por um lado, o sujeito universal da região estabeleceu uma relação de dominação e violência com os povos originários e populações negras sequestradas da África e escravizadas nas Américas; por outro, a mulher branca que com ele veio ao

continente e suas filhas nascidas aqui reproduziram o mesmo modelo no estabelecimento de suas relações com as mulheres negras e indígenas. Nesse sentido, Aura Estela Cumes (2014) explica:

En América Latina, en gran medida, las mujeres blancas han tenido con las indígenas y afrodescendientes una relación de matrona-sirvienta, de propietaria-esclava o de señora-muchacha. La historia nos ha hecho desiguales y sería muy desafortunado ocultar esas asimetrías bajo un argumento falaz de la universalidad de una forma de ser mujer, levantando una única bandera de liberación.

Uma sujeita universal firmou-se como figura representativa das mulheres latino-americanas; e sobre esse modelo hegemônico de mulher estão centradas uma boa parte dos estudos sobre as mulheres e muitas das reivindicações, por exemplo, por mais mulheres na política. María Lugones (2014, p.61) explica: “*las categorías han sido entendidas como homogéneas y que seleccionan al dominante, en el grupo, como su norma; por lo tanto, ‘mujer’ selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterosexuales*”.

No campo da política, por exemplo, as demandas por paridade ou cotas de gênero têm sido formuladas a partir da academia e de um feminismo branco hegemônico como uma resposta às desigualdades, mas, em geral, de forma a negligenciar a diversidade das mulheres, especialmente quanto à raça. A questão tem sido tratada como se todas as mulheres correspondessem a um mesmo *status* político-representativo desvantajoso e necessitassem de uma solução única para um problema que, na verdade é multifacetado. Nesse sentido, Lugones (2014, p. 68) afirma:

Ese feminismo enfocó su lucha, y sus formas de conocer y teorizar, en contra de una caracterización de las mujeres como frágiles, débiles tanto corporal como mentalmente, recludas al espacio privado, y como sexualmente pasivas. Pero no explicitó la relación entre estas características y la raza, ya que solamente construyen a la mujer blanca y burguesa. Dado el carácter hegemónico que alcanzó el análisis, no solamente no explicitó sino que ocultó la

relación. Empezando por el movimiento de “liberación de la mujer” con esa caracterización de la mujer como el blanco de la lucha, las feministas burguesas blancas se ocuparon de teorizar el sentido blanco de ser mujer como si todas las mujeres fueran blancas.

E agrega:

el estatus de las mujeres blancas no se extendió a las mujeres colonizadas aun cuando estas últimas fueron convertidas en símiles de las mujeres blancas burguesas. Cuando ‘engenerizadas’ como símiles las hembras colonizadas recibieron el estatus inferior que acompaña al género mujer pero ninguno de los privilegios que constituían ese status en el caso de las mujeres burguesas blancas. [...] Borrando toda historia, incluyendo la historia oral, de la relación entre las mujeres blancas y las no-blancas, el feminismo hegemónico blanco equiparó mujer blanca y mujer. Pero es claro que las mujeres burguesas blancas, en todas las épocas de la historia, incluso la contemporánea, siempre han sabido orientarse lúcidamente en una organización de la vida que las colocó en una posición muy diferente a las mujeres trabajadoras o de color.

A autora demonstra que, se o gênero permite identificar um sujeito universal e suas raízes históricas, a raça combinada ao gênero é capaz de revelar uma sujeita universal que responde à matriz colonial do poder; mas que, na verdade, não representa todas as mulheres, mas é excludente de grande parte delas, especialmente mulheres negras e indígenas.

Conclusões

Neste artigo, a articulação de conceitos teóricos informa a análise de indicadores para buscar propor a ampliação da crítica e da ação sobre as disparidades no acesso aos espaços públicos de poder político, no Brasil. Todas as perdas de espaço encontradas são importantes e devem receber respostas; no entanto, as diferenças percentuais entre mulheres segundo sua raça indicam que mulheres negras e indígenas são impedidas de avançar par e passo com mulheres brancas, o que pode ser explicado

também pela utilização, nas demandas por aumento da participação das mulheres na política e suas respostas, de uma perspectiva única de gênero que utiliza um modelo hegemônico de mulher não condizente com a diversidade racial das mulheres brasileiras.

Daí a necessidade, sempre, de que estudos, análises, demandas, propostas e respostas de políticas públicas às desigualdades e injustiças suportadas pelas mulheres, por exemplo, como é o caso aqui, na participação na política, tenham enfoque interseccional de raça e gênero. Do contrário, a igualdade na política não será realidade e a ampliação do acesso de mulheres aos espaços políticos permanecerá excludente, de modo a continuar privilegiando a sujeita universal.

Referências

ANTUNES PEREIRA, Érica. Construção social do sujeito feminino e hermenêutica do cotidiano: reflexões teóricas. **Revista Educação e Linguagens**, v. 1, n. 1, ago./dez., p. 24–45, 2012.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Palavra de mulher**: oito décadas do direito de voto. 2a. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. (Série obras comemorativas. Homenagem, 3). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7367/palavra_mulher_2ed.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

BEAUVOIR, Simone de. **El segundo sexo**. México DF: Penguin Random House Grupo Editorial, 1949.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. Dissertação (Mestrado em Direito) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito, São Leopoldo, RS, Brasil: UNISINOS, 2019.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. **Eleições no Brasil**: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro** [recurso eletrônico]: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo. Versión electrónica para kindle, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória (trad. Santana, Bianca). **Parágrafo Revista Científica de Comunicação Social**, v. ANO V-V. 5 No. 1, p. 6–17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidad**; ediccion en español para Kindle. Madrid: Ediciones Morata, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Hilton. **O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35774/R%20-%20T%20-%20HILTON%20COSTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

CUMES, Aura Estela. Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina *et al* (Orgs.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Tradução de María Lugones. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 237–252.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. La política sexual radical autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual. In: DE SANTIAGO, Alejandra; CABALLERO, Edith; GONZÁLEZ, Gabriela *et al* (Orgs.). **Mujeres intelectuales**: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe. Tradução de Mirna Paiz Cárcamo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 259–276.

FELONIUK, Wagner Silveira. Eleições Gerais de 1821: as normas e a movimentação político-social. In: **História do direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 278–306.

IBGE. **Características Étnico-raciais da População**: Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** - Tabela 3175: População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Brasília: [s.n.], 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual** – PNADCA 2019 - Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça. Brasília: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>>.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. NOVOS ESTUDOS, p. 45–58, 2012.

LEI SARAIVA. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina *et al* (Orgs.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Tradução de María Lugones. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 57–74.

MOURÃO DUARTE, Andressa; BURIGO, Joanna; BELLOC, Izabel. **Eleições 2020**: o avanço dos corpos que formam o Brasil. 2020. Disponível em: <<https://catarinas.info/eleicoes-2020-o-avanco-dos-corpos-que-formam-o-brasil/>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Edición para Kindle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Dengos e zangas das mulheres-moringa : vivências afetivo-sexuais de mulheres negras. Tesis Doctoral en Sociología. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; SILVA, Caroline Lyrio. Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. **Objetivos e metas de desenvolvimento do milênio da ONU**: direitos dos conhecimentos, p. 66, 2015.

RAGO, Margareth. EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA. In: GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Tradução de Joana Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. **almanack braziliense**, v. 9, p. 23–40, 2009.

SALDARRIAGA MONTTOYA, José Fernando. El difícil proceso de construcción de ciudadanía en américa latina y su relación con los nuevos populismos. **Ratio Juris**, v. 3, Núm. 7, p. 43–53, 2008.

TSE. **Estatísticas Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TSE. Sufrágio universal. In: **Glossário Eleitoral. Brasília**: TSE, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario>>. Acesso em: 22 abr. 2021.